



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680285 - PA (2021/0219588-7)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : MAURICIO BLANCO DE ALMEIDA E OUTRO  
**ADVOGADO** : MAURÍCIO BLANCO DE ALMEIDA - PA010375  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO  
**PACIENTE** : BERNARDINO DE JESUS FERREIRA RIBEIRO  
**CORRÉU** : NELSON LOPES DA SILVA CHAVES

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BERNARDINO DE JESUS FERREIRA RIBEIRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (2007.39.00.007334-5).

O paciente foi condenado a 5 anos de reclusão no regime semiaberto pela prática de conduta prescrita no inciso I do art. 1º do Decreto-Lei n. 201/67, inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, bem como a pena de reparação de danos.

O impetrante sustenta que, ao aplicar a dosimetria da pena, foi reconhecida a presença de circunstância judicial com fundamento manifestamente ilegal e inidôneo.

Requer a concessão da liminar, com a expedição da ordem de *habeas corpus*, determinando a suspensão da fase de execução da pena em curso perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará. No mérito, pugna pela concessão da ordem “para o fim de excluir da fase da dosimetria da pena o vetor culpabilidade, tendo em vista a manifesta ilegalidade em sua utilização, pelo Tribunal Regional da 1ª Região (Órgão Coator), com fundamento em outro vetor (circunstância do crime), não apontado na sentença de 1º grau, bem como, ao final, a formulação de nova dosimetria da pena”.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em

hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente